



PODER

Governo dobra a aposta e vai ao Supremo pelo IOF

Ação será impetrada hoje pela AGU e entregue ao ministro Alexandre de Moraes para relatá-la. Mais cedo, presidente da Câmara, Hugo Motta, publicou vídeo com recados ao Palácio do Planalto deixando claro que congressistas não vão recuar

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA
» FABIO GRECCHI

Apesar das advertências de setores do governo e do próprio PT, o Palácio do Planalto decidiu dobrar a aposta feita pelo Congresso e vai ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a derrubada do decreto que aumenta o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A Advocacia-Geral da União (AGU) protocolará hoje a ação, que será imediatamente encaminhada ao ministro Alexandre de Moraes — que analisa medida semelhante impetrada pelo PSol.

A decisão tem tudo para acirrar, ainda mais, a crise entre o Executivo e o Legislativo, e trazer o Judiciário para o ringue. O governo, porém, pretende argumentar junto aos líderes partidários do Congresso dois pontos: 1) que a medida tem base jurídica, conforme a análise feita à AGU e repassada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva; e 2) que não se trata de afrontar o Congresso, mas, sim, defender uma prerrogativa do Executivo.

Desde ontem cedo, porém, a temperatura da crise entre o Congresso e o Palácio do Planalto estava alta devido ao vídeo postado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), no Instagram pessoal. Na publicação, manda duros recados ao governo e deixa claro que os parlamentares estão dispostos a enfrentar o Executivo por conta da judicialização do aumento do IOF.

Motta começa rebatendo a versão de que o governo não foi alertado antecipadamente sobre as dificuldades de manter o decreto do IOF. Uma resposta direta à crítica do líder do PT na Casa, deputado Lindbergh Farias (RJ), que classificou como “estranha” a forma como a pauta foi conduzida pelo presidente da Câmara. Segundo o pevista, os líderes governistas só tomaram conhecimento da inclusão do projeto na pauta por volta das

Evaristo Sá/AFP



Advertência sobre o “nós contra eles” vai na direção do presidente

23h35 do dia anterior à votação, por meio de uma publicação de Motta no X (antigo Twitter).

“O capitão que vê o barco indo em direção ao iceberg, e não avisa, não é leal, é cúmplice. E nós avisamos ao governo que essa matéria do IOF teria muita dificuldade de ser aprovada no Parlamento. O presidente de um Poder não pode servir a um governo; tem que servir ao seu país”, afirmou Motta.

Depois dessa alfinetada, passar a listar matérias aprovadas na mesma sessão da derrubada do decreto que, segundo ele, substituem o aumento do IOF e geram arrecadação para a União — como uma medida

provisória que possibilita o investimento de R\$ 15 bilhões em habitação, na qual foi incluído um “jabuti” que permite ao governo vender o excedente da produção de petróleo, com potencial arrecadatório de até R\$ 20 bilhões.

Ele adverte, ainda, sobre a estratégia de colocar a sociedade contra o Congresso. Isso porque, desde que o governo foi derrotado com a derrubada do decreto, circulam nas redes sociais vídeos mostrando que, enquanto boa parte da população sustenta a arrecadação de impostos, uma parte da sociedade faz lobby no Parlamento e impede que se faça a

Reprodução/Instagram



Motta frisou que o governo sabia que o decreto do IOF não iria adiante

redistribuição tributária. Motta observa que a derrubada do IOF passou com 383 votos.

“Quem alimenta o nós contra eles acaba governando contra todos. A polarização política no Brasil tem cansado muita gente e, agora, querem criar a polarização social. Se uma ideia for ruim para o Brasil, eu vou morder. Mas se a ideia for boa, vou soprar para que possa se espalhar por todo o país”, frisou.

Reações

No governo, o alerta de Motta foi claramente entendido. Tanto

que, no evento sobre o lançamento do Plano Safra da agricultura familiar, houve recados na direção do Congresso. O mais veemente foi o do ministro da Fazenda, Fernando Haddad — defensor da judicialização do IOF.

“Estão falando de aumento de imposto por quê? Porque estamos fechando brechas? Fazendo o andar de cima pagar? Vamos continuar fechando todas as brechas, nos jabutis, que no Brasil são órfãos de pai e mãe, aparecem em uma lei em geral para favorecer um grande empresário. Para tirar esse jabuti do regramento jurídico, é um parto. E cada vez que a gente tira o jabuti



O capitão que vê o barco indo em direção ao iceberg, e não avisa, não é leal, é cúmplice. E nós avisamos ao governo que essa matéria do IOF teria muita dificuldade de ser aprovada no Parlamento”

Trecho do vídeo de Hugo Motta

da árvore, há uma grita de aumento de imposto. Isso não é aumento de imposto. É o mínimo de respeito com o trabalhador que paga as contas em dia. Vamos continuar fazendo justiça social. Pode gritar, pode falar. Vai chegar o momento de debater, mas temos que continuar fazendo justiça social e não podemos nos intimidar”, exortou, num discurso que incluiu até mesmo uma crítica ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Já o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, afirmou que o vídeo de Motta não faria o governo “subir o tom” contra o Congresso. “É um direito de responder. A gente também tem que se posicionar. O governo tem que explicar a posição que a gente tem, para as pessoas entenderem. Não é necessariamente subir o tom”, justificou.

Ele também defendeu o direito de Lula levar a questão do IOF para o STF. “Não é nenhuma afronta. É continuar brigando por aquilo que ele [Lula] acha que é direito dele. Quando o Executivo exorbita do que está no texto legal, o PDL é cabível. Mas tem que tomar cuidado, porque existe uma separação de Poderes. Cada um com sua parte”, observou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Judicialização do IOF atrai o Supremo para o estresse entre Poderes

A decisão de redistribuir para o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a relatoria da ação movida pelo PSol contra a sustação do decreto do IOF amplia e transfere o estresse entre Executivo e Legislativo para a Corte. Ainda mais porque o ministro é o relator das ações contra os golpistas de 8 de janeiro de 2023, que estão sendo julgadas na Primeira Turma, sendo o ex-presidente Jair Bolsonaro o mais importante dos réus. Embora a constitucionalidade da decisão do Congresso seja uma questão técnica, o que está em xeque é a relação de poder entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ao editar o decreto que reneava parcialmente o IOF em operações de crédito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscava reforçar a arrecadação em linha com os compromissos do novo arcabouço fiscal. No entanto, encontrou

ampla resistência no Congresso, que derrubou o decreto em uma rara convergência entre oposição, Centrão e parte da base governista. A decisão foi uma demonstração de que o Legislativo não aceitará aumentos de carga tributária via regulamentos infralegais, ainda que baseados em leis vigentes.

A decisão abriu uma disputa política entre Lula e os aliados do Centrão, que estão com um pé em cada canoa, ou seja, participam do governo e, ao mesmo tempo, se opõem. Na guerra de narrativas, que envolve a tributação de setores considerados privilegiados pela atual ordem prioritária, o governo assume o papel de Robin Hood, o herói medieval que tira dos ricos para distribuir aos mais pobres, posição que obviamente desagrada e provoca reação das lideranças do Congresso. A volta do “nós contra eles” por parte de Lula acirra ainda mais a radicalização,

que transborda da política fiscal para a questão social.

Do ponto de vista institucional, o que está em jogo agora é a interpretação do artigo 49, inciso V, da Constituição, que dá ao Congresso o poder de sustar atos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar. O STF terá que decidir se o decreto do IOF apenas regulamentava a lei existente — portanto é legítimo — ou se ultrapassava os limites da regulamentação, configurando uma alteração de conteúdo que exigiria aprovação parlamentar.

A escolha de Moraes como relator acirra a polêmica sobre a questão. A matéria originalmente foi distribuída ao ministro Gilmar Mendes, porém, foi redistribuída pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, porque Moraes já era relator de uma ação correlata.

Moraes é protagonista de dois casos judiciais de alta tensão política:

os inquéritos das fake news e os eventos do 8 de Janeiro. Sua condução do processo será observada de perto por todos os Poderes, e sua decisão poderá tanto restaurar a autoridade do Executivo, quanto reforçar o papel fiscalizador do Congresso. Independentemente do desfecho, a judicialização da crise evidencia o esgotamento da capacidade de articulação política do governo. Sem base sólida no Congresso e enfrentando uma agenda legislativa volátil, o Planalto volta-se cada vez mais ao Supremo em busca de respaldo jurídico para medidas que não consegue sustentar politicamente.

Ciranda política

É um momento perigoso. Ao transformar o STF em árbitro constante de disputas entre os Poderes, corre-se o risco de corroer a confiança nas soluções políticas

e sobrecarregar a Corte com decisões que deveriam ser resolvidas no terreno da negociação institucional. A batalha do IOF, portanto, é uma face da crise de governabilidade que marca o presidencialismo de coalizão em seu estágio mais frágil. Resta saber se o Supremo, ao decidir, contribuirá para pacificar o cenário ou aprofundará a sensação de que, no Brasil, o Judiciário é a última trincheira da política.

Diante da derrota no Legislativo, o PSol entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), alegando que a sustação do decreto pelo Congresso violaria o princípio da separação dos Poderes, pois o Executivo apenas regulamentou um imposto previsto em lei. Há precedentes importantes do STF que tratam dos limites da atuação do Congresso frente aos atos do Executivo, que podem ser sustados se excederem o poder regulamentar (art. 49, V da Constituição). Entretanto, o Congresso não pode sustar decretos legítimos de execução de leis já aprovadas.

A análise de Moraes deve se concentrar em saber se o decreto do IOF meramente executava a lei existente ou se, na prática, alterava

o conteúdo tributário, o que exigiria aprovação legislativa. Uma decisão do STF pacificaria a questão. Porém, não é assim que a banda toca. O governo aposta no STF para restaurar o decreto e reforçar a autoridade presidencial em matéria tributária e fiscal. Uma vitória daria fôlego à equipe econômica de Fernando Haddad e ao discurso de responsabilidade fiscal.

Entretanto, se STF revogar a sustação, o Legislativo pode se sentir desautorizado, o que tende a aumentar o espírito de revanche nas próximas votações. Em qualquer situação, é importante que Moraes seja visto como árbitro partidário, o que exige um voto com forte.

Trocando em miúdos, a judicialização do caso do IOF é mais um episódio da crise de governabilidade estrutural entre Lula e Congresso. A fragilidade da coalizão política do governo e a autonomia do Congresso, comandado por lideranças que operam com lógica orçamentária e pragmática, criam um cenário instável. Moraes será testado mais uma vez como guardião da institucionalidade, como figura central no equilíbrio entre Poderes.